

**Projeto de Mobilização Social - PMS para
Elaboração do Plano Municipal de Gestão
Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS**



JUPIÁ - SC

Janeiro de 2014

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO À MOBILIZAÇÃO SOCIAL	3
2. OBJETIVOS DO PROJETO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL - PMS	7
3. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A MOBILIZAÇÃO SOCIAL	7
3.1. Foco da Mobilização Social	7
3.2. Estratégia da Mobilização Social	8
3.3. Instrumentos a Serem Utilizados na Mobilização Social	8
3.4. Tema da prática de Mobilização Social	8
3.5. Parceiros	9
3.6. Ator responsável	9
4. METODOLOGIA: DEFINIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS A SEREM EMPREGADAS	9
4.1. Elaboração do Projeto de Mobilização Social - PMS	11
4.2. Instituição do Comitê Diretor e Grupo de Sustentação para Mobilização Social do PMGIRS	11
4.3. Identificação dos Atores sociais no Município	12
4.4 Cronograma das atividades	14
4.4. Instrumentos de Mobilização e Controle Social	16
4.5. Perspectivas	17
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	18

1. INTRODUÇÃO À MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Uma sociedade civil articulada, consciente sobre seus direitos e participante da vida política local é peça chave na sustentação da qualidade de vida e de aspectos sociais importantes, como a educação, renda, saúde e habitação. Sem isso, toda a construção dos pilares dessa sociedade fica constantemente em risco.

A mobilização social visa esta organização, promovendo a inclusão dos mais diferentes segmentos na vida social e política do território e a sua organização no processo de desenvolvimento local. Assim, a mobilização é um instrumento imprescindível para fomentar ou desencadear a participação. É composta por estratégias de abordagem, e a comunicação configura-se como um ato de troca de informações. Segundo Alves, a mobilização

É a ação inicial de um processo participativo (...) o primeiro passo de toda ação essencialmente política e coletiva, é o alerta, o despertar para uma tomada de posição no contexto social, a etapa inicial no processo de engajamento político (2008, p. 58).

A mobilização no campo social possui a capacidade de potencializar a sensibilização, o desejo e a motivação para uma participação qualificada. Assim, contribui para o processo de criação e reprodução sociopolítico da realidade, isto é, possibilita agir para construir e efetivar o novo. Para Toro a mobilização também propicia a transformação do desejo e da consciência “em disposição para ação e na própria ação” (1996, p. 67). Isto significa que o ato de se inserir, de participar, de se engajar é intrínseco a ação da mobilização, efetivando-se processualmente, acontecendo quando uma comunidade ou um grupo de pessoas agem coletivamente em prol de objetivos e interesses comuns, buscando decisões que favoreçam a vontade de todos.

Toro e Werneck têm realizado reflexões acerca deste processo social e explanam que:

Toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo pré-definido, um propósito comum, por isso é um ato de razão. Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos. Para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro. Se o seu propósito é passageiro, converte-se em um evento, uma campanha e

não em um processo de mobilização. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados quotidianamente (1996, p. 11).

A mobilização constitui-se como processo constante de estar disposto a atuar, intervir, participar nas temáticas referentes à vida dos cidadãos para qualificar as políticas sociais e públicas das quais são sujeitos e das quais são alvo. Enfim, é a contínua disposição para a mobilidade, para a mudança, para a atuação política.

De modo geral, o processo de mobilização social, estabelece redes, seja de pessoas, organizações, movimentos, instituições que se engajam em prol de objetivos. Essas ações coletivas são precursoras de relações que se travam e originam em uma sociedade de diversos contextos, histórias e interesses.

De tal modo, a ideia de participação impõe a presença no interior do aparato estatal dos vários segmentos sociais, de modo a tornar visível a diversidade e muitas vezes as contradições de interesses e projetos. Assim, a participação da sociedade pode ser compreendida como um processo que visa estimular e contribuir com as pessoas e grupos sociais no sentido de entenderem as problemáticas existentes e ao mesmo tempo desenvolverem o senso de responsabilidade e de urgência com relação aos problemas sociais assegurando a ação apropriada e a tomada de decisão para solucioná-los, como medida da melhoria das condições do município. (PORTO, 1996).

Deste modo, a participação proporciona instâncias de decisão e conseqüentemente de controle social. A expressão controle social segundo Correia (2000) “envolve a capacidade que a sociedade civil tem de interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos interesses da coletividade”. Correia (2000) coloca: (...) quem paga indiretamente, por meio de impostos, os serviços públicos é a própria população; portanto, ela deve decidir onde e como os recursos públicos devem ser gastos, para que tais serviços tenham maior qualidade, sejam eficientes e atendam aos interesses da maioria da população.

Tendo como objetivo garantir a transparência na gestão da coisa pública desde a definição das prioridades na decisão das políticas até os resultados das ações, Moraes e Borja (2005) afirmam que se pode considerar duas dimensões distintas do controle social dos serviços públicos de saneamento:

- A primeira dimensão é a do cidadão que se materializa na sua participação como sujeito político, como representante de organizações/instituições civis, em órgãos colegiados normativos e/ou deliberativos da estrutura de regulação e controle. Dessa forma, os representantes legítimos dos usuários e não usuários participam do processo de definição de prioridades e das normas, obtendo informações sobre carências locais e regionais, bem como tem ciência sobre o perfil dos serviços e bens públicos existentes;
- A segunda dimensão relaciona-se aos usuários de serviços, quando estes assumem o papel de consumidores, reconhecendo e exigindo o direito de receber um serviço prestado dentro de padrões adequados de qualidade. Isto pressupõe que os usuários tenham acesso e conheçam quais são os equipamentos e serviços existentes, qual o patrimônio público existente no local e região, bem como possam intervir na definição de políticas públicas no setor de resíduos sólidos.

Acompanhar a qualidade das obras de saneamento, a questão dos resíduos sólidos gerados no município, a qualidade como um posto de saúde presta seu atendimento e verificar se o recurso previsto para educação foi corretamente aplicado são exemplos de controle social que necessitam da organização comunitária e sua devida mobilização social.

Nesse sentido, a mobilização social fortalece também a construção de planos de desenvolvimento que contemplam os potenciais e desejos da população local, respeitando a diversidade, cultura e valores daqueles que se engajam na

melhoria e transformação dos seus territórios. Logo, a mobilização social possibilita ao cidadão aproximar-se das decisões e interferir no futuro do local onde vive.

As linguagens utilizadas são as mais diversas e têm o objetivo de chegar aos usuários dos serviços e de provocar a corresponsabilidade do cidadão. A mobilização social se propõe ao diálogo direto com a população. Para a utilização dessas múltiplas linguagens, a equipe de mobilizadores, atua em espaços múltiplos. O propósito dos mobilizadores é repassar informações, provocar mudança de valores e atitudes e sensibilizar o munícipe para as questões urbanas emergentes.

A Constituição Federal de 1988 apresentou grandes avanços em relação aos direitos sociais, apresentando princípios de participação e controle social em diferentes artigos, levando à consolidação de um espaço para práticas participativas na gestão nas políticas públicas de maneira democrática e descentralizada. Deste modo, a legislação nacional também propõe o uso do mecanismo de controle social como pode ser verificado nas seguintes leis:

- Lei Federal nº 10.257/2001 conhecida como Estatuto da Cidade, que introduz nos seus objetivos da política urbanística, a gestão democrática com participação das comunidades na formulação, execução e acompanhamento dos planos de desenvolvimento urbano (art. 2º, II3);
- Lei Federal nº 11.445/2007 que define o mecanismo institucional de controle social como um dos princípios fundamentais que devem nortear os serviços públicos de saneamento básico;
- Lei Federal nº 12.305/2010 que define o controle social como um dos princípios norteadores da Política Nacional de Resíduos Sólidos (art. 6º, X4).

No presente Projeto de Mobilização Social – PMS, do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS, o município usará a mobilização social como uma estratégia, não somente de difusão das políticas públicas setoriais,

mas como um instrumento de estímulo à corresponsabilidade da sociedade nas ações da administração pública com relação ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Assim, o PMS pretende garantir à população o acesso às informações, representação técnica e participação no processo de elaboração e planejamento da gestão dos resíduos sólidos no município.

2. OBJETIVOS DO PROJETO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL - PMS

O Projeto de Mobilização Social do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS tem como objetivo proporcionar um maior envolvimento da sociedade civil e poder público local no que diz respeito à elaboração e acompanhamento das atividades, metas e ações a serem desenvolvidas no PMGIRS.

Como objetivos específicos do PMS, são colocados:

- A disponibilização das informações necessárias à participação da sociedade nas diversas etapas do PMGIRS;
- A divulgação do processo, das formas de participação e informações dos objetivos e desafios do PMGIRS;
- Estimular os diversos segmentos sociais a participarem do processo de elaboração e planejamento, do acompanhamento e fiscalização das metas e ações previstas pelo PMGIRS.

3. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A MOBILIZAÇÃO SOCIAL

3.1. Foco da Mobilização Social

O foco da Mobilização Social e o público a ser mobilizado no município são todos os setores envolvidos com o tema, bem como a sociedade em geral, sendo eles:

- Secretarias e departamentos do setor público;
- Conselhos Municipais de Políticas Públicas e de Diretos;
- ONGs;

- População/sociedade local/lideranças comunitárias;
- Instituições de ensino;
- Associações e/ou organizações comunitárias;
- Movimentos sociais;
- Instituições religiosas;
- Associação de catadores de materiais recicláveis;
- Organizações/instituições do setor privado.

3.2. Estratégia da Mobilização Social

- Capacitação de multiplicadores em oficinas e definição de Planos de Ação;
- Criação de comitê diretor local e grupo de sustentação;
- Monitoramento das ações planejadas;
- Divulgação e disseminação das ações realizadas;
- Formação da rede de multiplicadores.

3.3. Instrumentos a Serem Utilizados na Mobilização Social

- Projeto de Mobilização;
- Oficinas e Audiências públicas;
- Cartazes e convites;
- Meios de comunicação local (jornais, rádios, TV...);
- Carros de Som;
- Divulgação e utilização do portal web específico para o PMGIRS.

3.4. Tema da prática de Mobilização Social

- Criação de Comitê Diretor Local pela Prefeitura Municipal;
- Criação do Grupo de Sustentação;
- Oficina/capacitação sobre o PMGIRS;
- Mobilização em escolas, universidades, comércio local, dentre outros.

3.5. Parceiros

- Empresas;
- Sociedade civil;
- Setor Público.

3.6. Ator responsável

Prefeitura Municipal de Jupiá – SC e sociedade civil.

4. METODOLOGIA: DEFINIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS A SEREM EMPREGADAS

As metodologias e técnicas de mobilização social devem facilitar situações que contribuam para processos de conhecimento da atual situação, de forma que os participantes fiquem conscientes dos problemas que os afetam, conheçam suas causas e procurem implementar ações de melhoria, sempre tendo em vista o papel do Estado, dos cidadãos e da sociedade civil nesse processo.

Os processos de mobilização social devem ser desenvolvidos a médio e longo prazo, de forma continuada. Só assim alcançarão resultados satisfatórios para a população, no sentido de transformação de sua realidade.

A mobilização social promovida na implementação do PMGIRS deve considerar as peculiaridades/dinâmica social do município e pode sofrer alterações no decorrer do processo.

As atividades de mobilização do PMGIRS devem ter como participantes-alvo o setor público, que executa as políticas públicas, o setor privado envolvido com a temática e a comunidade local: moradores, trabalhadores e entidades.

Devem ser levadas em consideração todas as formas de organização já existentes na comunidade, institucionalizadas ou não, assim como toda a diversidade de grupos étnicos, culturais e etários, buscando-se envolver a todos no processo. Inúmeros fatores e dinâmicas locais podem dificultar ou facilitar a mobilização. Por isso, é fundamental que os processos de mobilização social sejam cuidadosamente planejados em conjunto pelo poder público e as lideranças locais.

A elaboração do PMGIRS terá 08 etapas, sendo 05 oficinas e 03 audiências públicas. As oficinas deverão anteceder as audiências públicas e necessariamente realizadas com o Comitê Diretor Local. Para essas oficinas também será convidado o grupo de sustentação a fim de capacitá-los para a mobilização das audiências públicas.

As quatro primeiras atividades (conforme cronograma) são estratégicas para identificar atores sociais que possam contribuir com o plano, estimulando-os para a participação efetiva na elaboração do mesmo sem descartar a possibilidades de identificação/inclusão de novos interessados no decorrer do processo. A identificação desses atores se dará através do diagnóstico, da contribuição do comitê diretor e grupo de sustentação, da demanda espontânea que participará da audiência pública e das contribuições através do portal web do PMGIRS.

Para estimular os interessados será divulgada a elaboração do PMGIRS nos meios de comunicação (rádio, jornal), informando também a existência do site, formalização de convite para empresas, instituições de ensino, organizações comunitárias, além da formação do grupo de sustentação, que contribuirá na mobilização de atores e segmentos para a participação nas audiências públicas. Como instrumentos para a mobilização será utilizados convites impressos, via e-mail, chamadas em rádio e/ou carro de som, contato pessoal. Será disponibilizado no site o cronograma das atividades, conteúdos pertinentes a temática e notícias vinculada a elaboração do plano. O site é uma ferramenta importante, pois dispõe de ambiente virtual (fórum de debate) que contribuirá para divulgação e troca de informações.

Outra estratégia para estimular a participação é a definição de metodologias participativas, tanto nas oficinas, quanto nas audiências públicas, para que as pessoas compreendam o conteúdo e possam contribuir de forma efetiva na elaboração do plano.

Ressalta-se que a mobilização para o trabalho em grupo depende da forma de execução e dos mediadores do processo, podem se desenvolver, ter sentidos e

resultados muito diversos. Por isso, é necessário não perder os objetivos da ação de vista, traduzindo-os nas dinâmicas escolhidas e na forma de conduzi-las. É preciso, ainda, planejar e adaptar metodologias para cada localidade, levando em consideração as dinâmicas políticas e sociais locais e as características da população a ser mobilizada.

4.1. Elaboração do Projeto de Mobilização Social - PMS

A elaboração do Projeto de Mobilização Social será realizada pela empresa CERNE AMBIENTAL e será apresentado a administração municipal. A proposta do Plano de Mobilização Social está diretamente ligado as etapas do PMGIRS (oficinas e audiências públicas), sendo que nessa reunião inicial será verificando a viabilidade do mesmo.

A partir desse diálogo, serão firmadas parcerias com as Secretarias Municipais, dentre outros, que se responsabilizarão em dar apoio e contribuir para a mobilização dos diversos setores da sociedade com o objetivo da construção do PMGIRS, participando de todas as decisões necessárias para o bom desenvolvimento das etapas necessárias para a elaboração do mesmo.

Assim, a Prefeitura Municipal, com auxílio da empresa Cerne Ambiental, deve atuar na criação de condições institucionais, técnicas e profissionais para que ocorra o processo de mobilização no município; assegurado a orientação técnica a população; contribuído com a articulação de outras instituições e/ou serviços; colaborado com as condições operacionais e logísticas para o desenvolvimento do projeto; e monitorando o conjunto dessas ações.

4.2. Instituição do Comitê Diretor e Grupo de Sustentação para Mobilização Social do PMGIRS

Deverá ser criado um comitê diretor, formado por 05 representantes (gestores ou técnicos) da prefeitura. Esse comitê deverá acompanhar e cooperar no processo de mobilização social; deliberar sobre estratégias e mecanismos que

assegurem a implantação do plano; propor e garantir locais para a realização das reuniões técnicas e audiências; sugerir alternativas sobre o ponto de vista local; validar os conteúdos técnicos que serão apresentados nas audiências pública; participar das audiências pública.

Outra estratégia para a mobilização social para a construção do PMGIRS será a criação do grupo de sustentação que será o fórum responsável por garantir o debate e o engajamento de todos os segmentos relacionados com a gestão de resíduos sólidos ao longo do processo participativo nas audiências públicas, e por ajudar na consolidação do PMGIRS. A formação do Grupo de Sustentação será composta pela sociedade civil, instituições públicas e privadas.

4.3. Identificação dos Atores sociais no Município

Para a identificação dos atores sociais presentes no município, será realizado um diagnóstico da realidade social, com a colaboração do comitê diretor e grupo de sustentação, objetivando articular o envolvimento da sociedade na elaboração dos estudos que conduzirão ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Ou seja, para a construção do Plano é previsto um processo participativo de forma que este considere não somente aspectos do olhar técnico e ambiental, mas, também, do olhar social, almejando suprir as necessidades da população local. E, por outra parte, enriquecer e legitimar o Plano incorporando nele o conhecimento empírico e a memória viva dos moradores da região. Fundamental para este processo é que a sociedade esteja permanentemente informada a respeito dos objetivos dos estudos, dos correspondentes avanços e das possibilidades de participar.

Por tratar-se de um Plano, serão analisadas todas as potencialidades identificadas no processo de participação social, visando aproveitá-las seja na formulação, seja na etapa posterior da implementação do plano. E, ao mesmo tempo, será através do processo de participação social que serão identificadas as carências e as eventuais forças de resistência ou não cooperativas.

Neste contexto, o diagnóstico da realidade social do município, com a identificação dos principais atores sociais, constitui-se num elemento básico para a elaboração do PMGIRS.

No que se refere à identificação de atores sociais e institucionais intervinientes na área do município, será realizada uma pesquisa procurando-se destacar aqueles com atuação relevante e que possam ser elementos multiplicadores do processo de envolvimento da sociedade na construção do Plano.

Normalmente são partes integrantes desses atores sociais: grupos sociais e econômicos (Sindicatos, Associações e Cooperativas); instituições relacionadas com o gerenciamento de recursos hídricos (instituições de âmbito municipal, intermunicipal, estadual e federal); Organizações Não Governamentais; representantes do Comitê de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas; e, instituições de ensino de nível superior. Todos serão devidamente identificados.

4.4 Cronograma das atividades

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PMGIRS				
Atividade	Objetivo	Recursos	Estratégias de mobilização	Data
Oficina sobre o PMS e legislação	Apresentar o PMS e legislações sobre os resíduos sólidos e estimular a formação do grupo de sustentação	Lista de presença, data show, fotos, caixa de som	-Envio de convites para o comitê diretor -Formação do grupo de sustentação (lista de nomes, verificar quem pode participar: identificação de atores a fim com a temática) -Informar sobre a existência do site	Janeiro 2014
Oficina de apresentação do diagnóstico	Apresentar o diagnóstico e coletar contribuições do comitê	Lista de presença, data show, fotos, folhas, canetas	-Convidar comitê diretor e grupo de sustentação; - Verificar contatos de associação de moradores, movimentos sociais, conselhos religiosos e escolares, entre outros); - divulgação no site	Março 2014
Audiência de validação do diagnóstico municipal	Apresentação do diagnóstico para sua validação	Lista de presença, data show, fotos, coffee break	-Disponibilizar o diagnóstico no site; -Mobilizar o comitê diretor e o grupo de sustentação para convidar outras pessoas; - Convidar catadores e instituições envolvidas com a temática, liderança, entre outros; -Convidar a população através de rádio, jornal e convites, além de informar sobre a existência do site (para contribuições)	Março 2014

Oficina de análise de possibilidades de gestão associada	Realizar debate com o comitê diretor sobre as possibilidades de gestão associada	Lista de presença, data show, fotos	-Mobilizar o comitê diretor e o grupo de sustentação para convidar outras pessoas; - Convidar catadores e instituições envolvidas com a temática, liderança, entre outros;	Abril 2014
Audiência de validação da Gestão associada e das responsabilidades públicas e privadas	Apresentação das possibilidades e desafios da gestão associada	Lista de presença, data show, fotos, coffee break	-Disponibilizar a proposta de gestão associada no site; -Mobilizar o comitê diretor e o grupo de sustentação para convidar outras pessoas; - Utilizar os contatos da audiência anterior (envio de e-mail, contato telefônico); - Convidar catadores e instituições envolvidas com a temática, liderança, entre outros; -Convidar a população através de rádio, jornal e convites, além de informar sobre a existência do site (para contribuições)	Maio 2014
Oficina do PMGIRS	Construção da proposta do PMGIRS, através das contribuições do comitê gestor local	Lista de presença, data show, fotos, folhas, canetas	- convidar comitê diretor local e demais lideranças interessadas; - construir uma dinâmica para a construção do PMGIRS; - envolver o grupo de sustentação	Maio 2014

Audiência de apresentação e validação do PMGIRS	Apresentação do PMGIRS	Lista de presença, data show, fotos, coffee break	-Disponibilizar a proposta de gestão associada no site; -Mobilizar o comitê diretor e o grupo de sustentação para convidar outras pessoas; - Utilizar os contatos da audiência anterior (envio de e-mail, contato telefônico); -Convidar a população através de rádio, jornal e convites;	Junho 2014
Oficina sobre implementação de divulgação do PMGIRS	Apresentação final do PMGIRS e formas de implementação	Lista de presença, data show, fotos, folhas, canetas	- Convidar o comitê diretor local; - convidar todas as pessoas envolvidas no processo	Julho 2014

4.4. Instrumentos de Mobilização e Controle Social

Diversas são as formas e os instrumentos que podem ser utilizados na divulgação do PMGIRS. Para o município, serão estudadas as melhores maneiras de mobilização social, a partir do contato com o Comitê Diretor e o Grupo de Sustentação. No entanto, citamos alguns instrumentos para a mobilização: convites direcionados para pessoas/instituições que tenham envolvimento com a temática, participação em reuniões para sensibilização da temática, utilização dos meios de comunicação (rádio, jornal) para a divulgação e importância da elaboração do PMGIRS, divulgação de site específico para elaboração do PMGIRS, instrumento em que a sociedade poderá opinar, sugerir, criticar, e contribuir em todas as etapas de elaboração do plano, utilização de carro de som para divulgação das audiências públicas.

Serão realizadas oficinas com o Comitê Diretor antes das audiências como forma de capacitar esse grupo e estimulá-los para a mobilização de demais pessoas nas audiências públicas. Ressalta-se que as oficinas têm como público alvo o comitê e serão abertas para demais interessados participar.

4.5. Perspectivas

Entre as perspectivas para o Projeto de Mobilização Social, aponta-se:

- Manter o projeto em andamento com a efetiva colaboração da comunidade local, conforme definido entre a Prefeitura Municipal, Secretarias municipais e as entidades parceiras;
- Avaliar, monitorar e elaborar relatórios das atividades desenvolvidas;
- Promover e propiciar a socialização de resultados das etapas do plano, por meio de divulgação no site e no blog (desenvolvidos pelo PMS) e em outros mecanismos de divulgação.

Fernanda Bottin

Assistente Social

CRESS 3814 – 12ª região

Larissa Brand Back

Assistente Social

CRESS 5512 – 12ª região

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francielle Lopes. **Participação e Gestão Democrática das Políticas Públicas: a inserção e os desafios do trabalho de Assistente Social nos Conselhos de Saúde.** UFSC. Serviço Social. Trabalho de Conclusão de Curso, 2004, pág. 65 -100.

CARVALHO, Antônio Ivo de. **Conselhos de Saúde no Brasil.** Participação cidadã e controle social. Rio de Janeiro: FASE; IBAM, 1995.

CORREIA, Maria Valéria Costa. **Que controle social?** Os conselhos de saúde como instrumento. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

MORAES, Luiz Roberto Santos; BORJA, Patrícia Campos. **Política e Plano de Saneamento Ambiental:** experiências e recomendações. Brasília. Setembro de 2005.

PORTO, Maria de Fátima Melo Maia. **Educação ambiental:** conceitos básicos e instrumentos de ação. Belo Horizonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente; DESA/UFMG, 1996.

TORO A., José Bernardo e WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação.** Brasília: UNICEF- Brasil, 1996.